

HABEAS CORPUS Nº 570.087 - MG (2020/0078157-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : PAULINO GONTIJO DE QUEIROZ CANCADO E OUTROS
ADVOGADOS : PAULINO GONTIJO DE QUEIROZ CANCADO - MG011010
ALEXANDRE SIMAO DE ARAUJO - MG076431
LEONARDO GONTIJO AZEVEDO - MG133300
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : PAULO CESAR SOUZA E SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO CESAR SOUZA E SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 33 c/c o art. 40, V, ambos da Lei n. 11.343/06. O flagrante foi convertido em prisão preventiva. O Juízo de primeira instância condenou o paciente à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime fechado, negando-lhe o direito de aguardar o julgamento do recurso em liberdade.

Assevera o impetrante que a decisão que negou o direito de recorrer em liberdade carece de fundamentação idônea, bem como ausentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Aponta ainda o risco de contaminação da COVID-19.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente com a fixação de medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante

Superior Tribunal de Justiça

ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente